

A dimensão cognitiva na anáfora associativa: um exemplo

Fátima Silva
Faculdade de Letras do Porto

Introdução

A anáfora, definida como uma propriedade das línguas naturais que consiste na actualização de “expressions référentielles pouvant être utilisées pour désigner un référent qui a fait l’objet d’une procédure préalable d’introduction dans l’univers d’objets construit par le texte” (Apothéloz, 1995:12), constitui um fenómeno linguístico estreitamente ligado à dinâmica textual, na medida em que contribui para assegurar a progressão do texto, instituindo-se como um dispositivo da sua coesão. Nessa funcionalidade, passível de ser perspectivada em termos da compreensão e produção textuais, a anáfora caracteriza-se, de acordo com Corblin (1985)¹, por três propriedades: dependência interpretativa de um sintagma que ocupa uma posição de grupo nominal relativamente ao texto em que ocorre; recrutamento de um termo como antecedente e retoma do antecedente na interpretação do termo dependente.

Em função das escolhas realizadas pelo falante para a formalização sintáctico-semântica destas propriedades, é possível distinguir vários tipos de anáfora - fiel, infiel, por nominalização e associativa² -, representativos de soluções não pronominais e resultantes da activação de distintos mecanismos cognitivos, com diferenciadas incidências discursivas.

No presente trabalho, toma-se como objecto de análise o último tipo de anáfora enunciado, instituindo-se como objectivo o seu estudo no âmbito de uma perspectiva de natureza cognitiva, destinada a explicitar os mecanismos implicados na sua materialização. Para esta abordagem, parte-se do levantamento do conjunto de atributos commumente aceites

1 CORBLIN, Francis (1985) - *Anaphore et interprétation des segments nominaux.*, Thèse d’Etat, Université Paris 7, cit in: LE PESANT, Denis (1996: 87)

2 Para a definição e exemplificação destes diferentes tipos de anáfora, cf. APOTHÉLOZ, Denis (1995) e LE PESANT (1996)

como definidores da anáfora associativa, procurando explicar-se o seu funcionamento com base numa tese léxico-estereotípica, formulada, entre outros, por Georges Kleiber (1990), que se confronta com uma outra, de natureza discursivo-cognitiva, postulada por Michel Charolles (1990). Nesse sentido, toma-se como referência um tipo de texto definido por Jean-Michel Adam (1992) como explicativo, visto que suporta o estudo proposto através de exemplos, permitindo, ainda que de forma empírica, postular a hipótese de existência de uma correlação entre a predominância de um determinado tipo de relações anafóricas e certos tipos de texto, pertinente no contexto da explicitação pretendida.

1. Definição de anáfora associativa

A anáfora associativa³ baseia-se numa relação de não correferência, manifestada pela inexistência de identidade lexical ou semântica com o antecedente, definindo-se essencialmente por uma relação de hiponímia ou meronímia, actualizada por meio de substituições lexicais com expressões do mesmo campo semântico, determinadas através do artigo definido. Trata-se, por conseguinte, de um processo anafórico de referência indirecta, em que o novo referente é introduzido no discurso por intermédio de um referente já instituído, podendo sintetizar-se da seguinte forma as suas principais características:

- co-presença de duas expressões: uma a fonte e outra, a anafórica;
- inscrição num quadro de predicação complexa, na medida em que é composta de pelo menos dois predicados, atribuindo-se um a cada um dos elementos da relação;
- manifestação de uma orientação privilegiada de um elemento mais geral relativamente a outro menos geral, que se traduz no facto de a expressão anafórica só poder introduzir em relação ao referente que a introduz, informações já disponíveis no termo antecedente;
- intransitividade da anáfora associativa decorrente da impossibilidade de cada objecto dar acesso a outros objectos com a mesma validade;
- introdução do novo referente através da expressão anafórica, reali-

3 No sentido de definir e destacar algumas das características subjacentes à especificação da anáfora associativa, toma-se como ponto de referência os diversos trabalhos apresentados em Catherine Schnedecker et al. (1994).

zada sob a forma do conhecido, nomeadamente pelo recurso ao determinante definido.

Do conjunto de traços enunciados, ressaltam elementos de natureza formal e semântica ou nocional, cuja articulação se justifica, uma vez que a anáfora associativa “est cruciallement une catégorie de configurations discursives conceptuelles ou notionnelles, qui met donc en jeu à la fois des catégories linguistiques formelles, celles qui “figurent” dans la structure, et également des concepts, ceux qui servent à établir la configuration ou structure discursive” (KLEIBER, Georges et al., 1994:31)

No sentido de actualizar essa configuração, a anáfora associativa dá lugar a processos de interpretação específicos e complexos, em que se destaca o da inferência, mediante a qual é estabelecida a relação anafórica.

De acordo com Danièle Dubois e Frédéric Lavigne-Tomps (1994:278), a inferência resulta de um processo de inferenciação⁴, cujo tratamento linguístico se efectua em termos de cálculo lógico-formal, efectivado com base no texto, podendo ou não fundamentar-se também em aspectos semânticos e lexicais..

Em função do tipo de cálculos consignados para a anáfora associativa, a sua perspectivização pode ser feita no âmbito de um ponto de vista léxico-estereotípico ou discursivo-cognitivo.

2. Perspectiva léxico-estereotípica

2.1. A teoria

A maior parte dos estudos sobre a anáfora associativa corrobora a perspectiva de Georges Kleiber ao postular que este tipo de anáfora “s’appuie sur une relation lexicale a priori qui fait partie du savoir présumé partagé sur les choses et qui relie, sur un plan générique et non seulement contingent, l’expression antécédent à l’expression anaphorique” (1994:93).

4 Os autores referidos consideram que a inferenciação, entendida como processo de interacção, «relie étroitement les propriétés structurales du réseau associatif, qui définissent les modalités de fonctionnement en temps réel des processus, et les propriétés structurales du texte. Elle s’assimile dans ce cas à la dynamique spatio-temporelle elle-même, c’est-à-dire à un processus d’interaction sujet/texte, et correspond aux processus d’activations différentielles interagissant avec le texte» (1994:283).

Segundo o seu ponto de vista, a concretização deste tipo de anáfora fundamenta-se no estabelecimento de uma relação convencional necessária ou estereotípica, pré-inscrita no léxico e condicionada pelas representações semânticas ligadas aos referentes activados por essa relação. Nesse sentido, Kleiber conclui que a anáfora associativa funciona através de estereótipos.

Este conceito é definido por Bernard Fradin (1984:326) como o conjunto de propriedades e características geralmente associadas, de forma muitas vezes cultural, ao objecto que denota o “N”. Esta explicitação, que parece estar subjacente à proposta de Kleiber, deve ser confrontada com uma concepção mais recente, postulada por Mário Vilela (1997: 874)⁵, segundo a qual o estereótipo se define como uma categoria passível de ser considerada como um equivalente social do protótipo, sendo constituída por expressões idiomáticas, locuções, fraseologias e frases feitas que representam memorizações dos falantes em situação de comunicação.

Deste confronto, resulta a ideia de que, ao contrário do que propõe Georges Kleiber, seria mais pertinente a abordagem da anáfora associativa em função da noção de protótipo⁶, no sentido de uma construção cognitiva armazenada na memória dos falantes, cuja recuperação permite categorizar os objectos do mundo extralinguístico mediante uma actividade interpretativa fundada num conjunto de saberes partilhados pela comunidade dos falantes ou de natureza pessoal, subjectiva.

5 A concepção apresentada por este linguista reenvia para os estudos desenvolvidos por Langacker (1987, 1997) e Lakoff (1987), no âmbito de uma teorização de natureza cognitiva.

6 O significado de protótipo pode ser clarificado na sua relação com a noção de conceito, entendido como a ideia enquanto geral e abstracta, na medida em que constitui um dispositivo de reconhecimento que auxilia o falante na organização do mundo e na modelação da sua percepção da realidade, por se tratar de uma ideia aplicada a objectos da consciência e que é compartilhada. Nesse sentido, os conceitos são ideias comuns que estabelecem uma associação com o referente, de natureza contingente e, por esse facto, susceptível de mudar em função do ambiente físico e social em que se inscrevem. A filtragem e adaptação dos conceitos a uma dada comunidade conduz, mediante um processo de conversão realizado através de meios linguísticos, à noção de ‘topos’, definido como um princípio geral que serve de suporte ao raciocínio dos falantes e é o resultado do consenso numa determinada comunidade.

Estas representações activadas no sistema cognitivo em interacção com o texto relacionam-se com dois tipos de inferência possíveis, correspondentes a uma abordagem psicológica da anáfora associativa: a inferenciação realizada no sentido do antecedente para o anafórico efectiva-se através dos protótipos pré-activados (representações mentais estruturadas segundo o princípio organizador da tipicidade estrutural ou eventualmente estereótipos interiorizados num sistema cognitivo individual) e a inferenciação em sentido inverso, que opera através de representações diferencialmente activadas pela leitura do texto (Dubois e Lavigne-Tomps, 1994:287).

No primeiro caso, verifica-se um processo de antecipação que se efectua em função de um certo estado de organização/activação de representações com vista à activação da representação de um determinado lexema, sendo o anafórico percebido em função da sua tipicidade na activação no contexto precedente. No segundo, a activação é feita “a posteriori”, quando o processo de inferenciação não pré-activou a representação do lexema que é percebido na leitura. Seja qual for o caso, a anáfora é realizada quando o grau de activação do lexema é suficientemente forte.

Neste âmbito, pode relacionar-se a noção de protótipo e o tipo de inferência daí decorrente com a noção ‘classe de objecto’, definida por Gaston Gross (1994) como aquela que designa todo e qualquer conjunto homogéneo de nomes, que apresentem ainda como traço comum o facto de serem seleccionados, em posição de sujeito, de objecto ou de complemento circunstancial, pelos mesmos predicados. Assim, seriam ‘operadores apropriados’⁷ todos os predicados (verbos, nomes e adjectivos) que

7 A designação é de Le Pesant (1996:91).

8 Le Pesant considera a importância dos ‘operadores apropriados’ no âmbito de uma relação entre anáfora associativa e classes de objectos, a partir da qual estabelece uma hipótese para o funcionamento da anáfora associativa: «Notre analyse de l’anaphore associative tend à en faire un cas particulier de l’anaphore fidèle» [1996:89]. Com base neste princípio, propõe-se distinguir entre dois tipos de anáfora associativa: a que resulta do apagamento de uma anáfora fiel e a que decorre da elisão do antecedente da anáfora fiel. Neste contexto, o recurso à noção de classes de objectos permitiria reconstruir a sequência mais longa, contribuindo, por conseguinte, para a confirmação do seu ponto de vista. No presente trabalho, a relação efectuada entre anáfora associativa e classe de objectos não segue a linha proposta pelo linguista citado.

seleccionassem os elementos de uma dada classe de objectos⁸. Esta selecção reenvia, de certa forma, para a primeira das componentes propostas por A. Wierzbicka (1985: 31-32): a repartição do sentido em termos de saber partilhado. De facto, ao lado de componentes prováveis, respondendo à instrução ‘Imaginando coisas deste género, as pessoas diriam estas coisas acerca disso’, a autora admite a existência de componentes possíveis, que respondem à instrução ‘Imaginando coisas deste género, as pessoas poderiam dizer estas coisas acerca disso’⁹.

Delineado um sumário do quadro teórico destinado à proposta de uma definição/caracterização da anáfora associativa, procura-se, de seguida, verificar a sua produtividade através da análise de alguns exemplos.

2.2. Os exemplos

2.2.1. (1) Apanhei um taxi para o Parlamento. Depois das habituais incertezas climatéricas, o condutor pergunta se sou deputada.

Neste exemplo, destacado de uma notícia do jornal Público, publicada em Maio de 1998, estabelece-se uma relação anafórica de natureza associativa entre a expressão anafórica constituída pelo SN “o condutor” e o SN que lhe serve de antecedente, “um táxi”. Trata-se de uma relação caracterizada por um fenómeno de dependência interpretativa que se verifica do segundo pólo relativamente ao primeiro, traduzindo-se num processo de inferência que se realiza no mesmo sentido e que advém de um processo dedutivo, efectuado directamente a partir do termo lexical antecedente. Nesse processo, o emprego do determinante definido na expressão anafórica é relevante, porque permite activar um processo de associação referencial mediante o estabelecimento de uma relação de implicação ontológica entre dois termos lexicais – “táxi” e “condutor”. Essa

⁹ E em função do grau de autonomia, fundamental para a não correferência na anáfora associativa, das coisas ditas às coisas imaginadas, podem classificar-se os nomes em categoremáticos (designativos de uma entidade intrinsecamente autónoma cuja alienação é naturalmente adquirida) e sincategoremáticos (portadores de um traço de dependência ontológica relativamente a outra entidade, que se traduz na impossibilidade da sua alienação, mas não na inexistência de uma continuidade ontológica).

associação gera uma actividade interpretativa fundada num conjunto de saberes partilhados pelos falantes. O conjunto de saberes activados neste contexto parece estar inscrito na própria língua e torna-se perceptível através do recurso à noção de classe de objectos, em função da qual se determina uma relação entre um elemento de uma dada classe de objectos – “táxi”, no âmbito do grupo “transporte público” - e os predicados nominais ou operadores que os seleccionam.

Partindo de dois traços referenciais básicos caracterizadores desta entidade – os traços [+ humano] e [-animado], respectivamente, pode estabelecer-se a seguinte distribuição relativamente aos seus operadores apropriados:

<táxi>	<i>passageiros, motorista, cliente</i>
< táxi>	<i>taxímetro, viagem, dinheiro, carro</i>

Trata-se, assim, de um conjunto de SNs considerados típicos ou prototípicos para esta classe e elemento de classe específico, cuja associação é activada por um processo de inferência, provavelmente de natureza descendente.

Da observação desta relação resulta a consideração do anafórico como uma componente possível, visto não constituir o predicado nominal típico do antecedente com o qual se articula, embora se ligue a ele numa relação semântica de hiperonímia, já que “condutor” é um lexema de significado mais genérico que “motorista”. Neste sentido, constitui um dos ingredientes que saturam o significado do elemento antecedente, estabelecendo uma conexão de tipo meronímico, que se traduz numa incompletude anafórica, resolvida através do recurso à informação presente no contexto, ou seja, no antecedente. Nesta dependência interpretativa, o antecedente, determinado por meio de um artigo definido, implica já uma realização prototípica do seu referente, na medida em que a única informação veiculada fora do predicado em que ocorre é que o referente mencionado é da classe de N. Por esse facto, não é particularizado relativamente a outras ocorrências do nome por uma qualquer propriedade específica, mas definido em função dos seus traços prototípicos, o que implica, na determinação do referente associativo, manter uma relação baseada na prototipicidade. Nesta relação, o elemento anafórico manifesta-se como parte necessária ou prototípica contida no termo an-

tecedente. Isso não conduz, no entanto, à inexistência de um traço de autonomia do anafórico, pois “leur mode d’existence n’est pas tributaire des totalités dans lesquelles elles peuvent être incluses” (Kleiber, 1994:142). Por conseguinte, o termo “condutor” inscreve-se no âmbito dos nomes categoremáticos, designando uma entidade intrinsecamente autónoma cuja alienação lhe é naturalmente típica. Isto significa que se trata de uma entidade definível através de um conjunto de traços constituintes que não necessitam de ser prototipicamente encarados como “parte de”, pois referem um todo.

2.2.2. (2) As plantas estão estreitamente ligadas ao seu biótopo, ou meio ambiente, por meio das raízes, utilizam os recursos do solo, e através dos caules e das folhas, os da atmosfera.

Neste exemplo, retirado de um guia sobre plantas¹⁰, a relação anafórica estabelece-se entre o SN “as plantas”, que funciona como elemento anaforizador ou fonte, e os Sns “as raízes”, “os caules” e “as folhas”. Essa conexão, de natureza associativa, é não correferencial, manifestando-se a associação por meio de uma relação semântica de hiponímia, pre-estabelecida no léxico do Português, que consiste na dependência de um conjunto de hipónimos, entre si co-hipónimos, relativamente a um hiperónimo ou termo superordenado. Neste sentido, verifica-se uma relação da parte ao todo, traduzida, formalmente, pela presença do artigo definido nas expressões anafóricas e, lexicalmente, pelo facto de estas serem elementos constituintes do antecedente, como se pode verificar ao determinar os predicados nominais que funcionam como operadores apropriados de “plantas”:

< plantas > *ser vivo, vegetal, folhas, caule, raiz*

Deste modo, as expressões anafóricas constituem-se como traços prototípicos numa definição do conceito de “plantas”. Os lexemas “caules” e “raízes” estão mais próximos dos nomes sincategoremáticos, por apresentarem, de certa forma, uma dependência ontológica da identidade à qual se ligam, embora não haja impossibilidade de relação anafórica, pelo facto de a sua menor capacidade de alienação não im-

10 READER’S DIGEST (1983) - *Segredos e virtudes das plantas medicinais*, 1ª ed, Lisboa, Selecções do Reader’s Digest, 36

plicar uma ausência de continuidade ontológica entre eles. Por sua vez, o termo “folhas” é deduzido do cotexto anterior e na sua relação com os hipónimos, pois, isoladamente, como entrada lexical, pode significar também, e de forma frequentemente activada, “pedaço de papel de determinado tamanho, formato, espessura ou cor”¹¹. Assim, parece existir um processo de inferência dedutiva em que a activação da relação anafórica se estabelece a partir do significado do antecedente. De acordo com a teoria de Dubois e Lavigne-Tomps, tratar-se-ia de um processo de inferenciação centrado num conjunto de protótipos pré-activados, isto é, num conjunto de representações mentais ou conceitos, organizado de acordo com um princípio de tipicidade estrutural. O grau de ocorrência de certos termos lexicais remete para a consideração dos elementos anafóricos como componentes prováveis do sentido, o que se traduz na ideia de que “imaginando uma planta, as pessoas diriam coisas como “raiz”, “caule” e “folhas”, pelo que esses elementos são determinados por um cálculo inferencial que se funda num saber convencional, dado “a priori” através de uma relação léxica em que estão envolvidos os protótipos. Nesse domínio, salienta-se a ocorrência, no antecedente, de um determinante definido plural de valor genérico e abrangente, que tem uma funcionalidade equivalente à do indefinido em termos de prototipicidade, distinguindo-se, no entanto, dele, por não constituir um exemplo de uma dada classe de “N”, mas antes toda a classe, a noção unitária de classe. Com a mesma obrigatoriedade prototípica sequencial, os elementos anafóricos introduzidos pelo artigo definido são perspectivados como termos conhecidos por serem definíveis como fazendo parte do significado lexical prototípico do antecedente.

2.2.3. (3) 1.Depois de limpar a panela, deite-lhe os alimentos e ingredientes, bem como a água necessária. 2.Coloque a tampa, faça girar horizontalmente o travessão de aço inoxidável, colocando-o por baixo dos suportes laterais existentes no corpo da panela, de forma a que as válvulas de segurança e de funcionamento fiquem uma de cada lado e formando com ele uma cruz.

Neste exemplo, extraído de um folheto de instruções, da marca Silampos, existe uma relação anafórica de natureza associativa entre o

11 cf. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1986) – *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 2ª ed, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 794

SN “a panela” e o SN “a tampa”, que se distingue, no entanto, da ocorrente no primeiro exemplo tratado, pelo facto de o antecedente ser determinado através de um artigo definido. Ao nível deste exemplo, centrar-se-á a análise no antecedente.

Tendo em atenção que esse elemento antecedente é introduzido por um determinante definido, o cálculo inferencial é feito com base num saber mais de natureza factual e contingente, ligado a um referente particular, que não pode, por isso, ser considerado como um membro tipo de uma classe de “N”, nem definido pelas propriedades prototípicas distintivas dessa categoria. Assim, a relação estabelecida entre o antecedente e as expressões subsequentes não pode ser linearmente definida como sendo de natureza associativa, pois “a panela” constitui, neste contexto, “un cas de référence ouvert à des “parties” singularisantes, c’est-à-dire des parties qui le différencient de la structure stéréotypique associée à la classe dont il est une occurrence” (Kleiber, 1994:157). No entanto, isso não significa a impossibilidade de introdução de uma parte prototípica definida como “parte de” que permita uma conexão associativa com uma “parte” considerada como prototípica da categoria de “N” em questão. Esta relação é estabelecida entre “a panela” e “a tampa” mediante um cálculo inferencial de tipo dedutivo, descendente, portanto, realizado a partir do lexema do antecedente, que se institui como hiperónimo da parte que dele depende interpretativamente. Essa parte ou hipónimo representa uma componente provável na repartição do sentido, caracterizando-se por definir-se conceptualmente em relação ao todo, ou seja, por representar uma espécie de parte inalienável desse todo, o que é perceptível na sua definição dicionarística: “peça movediça para tapar vaso ou caixa”¹². Essa relação, que poderia obstar à realização de uma condição de alienação relevante para o postulado da não correferencialidade consignado à anáfora associativa, é, contudo, garantida pelo facto de haver uma continuidade ontológica, fundada na identidade dos traços referenciais básicos para cada um dos lexemas:[+ concreto] e [+ inanimado]..

Os cálculos inferenciais realizados não se limitam, no entanto, à anáfora associativa indicada, na medida em que percorrem todo o texto. O ponto de partida desse processo é o lexema “panela”, em torno do qual

12 FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda (1986), Op. Cit., 1645

gravitam as diferentes expressões nominais do texto: “alimentos”, “ingredientes”, “água necessária”, “travessão de aço inoxidável”, “suportes laterais”, “corpo da panela”, “válvulas de segurança e de funcionamento”. Mais uma vez, o recurso à determinação dos operadores apropriados para uma dada classe de objectos contribui para o estabelecimento de uma relação de dependência dos sintagmas referidos à classe “panela”, à qual se ligam por uma relação de meronímia – “alimentos”, “ingredientes”, “água necessária” – e de hiponímia – os restantes:

<panela> *fogão, tacho, cozinha, cocção, pote, pega, comida, alimento*

As representações mentais ou conceitos associados à representação de “panela” permitem a consideração deste N sob um duplo ponto de vista: a de objecto, traduzindo uma relação parte-todo ou a ideia de instrumento para, e a de recipiente, o que remete para uma relação de conteúdo-contidente. Enumeram-se, assim, elementos que constituem representações activadas por relações de inferência, que reenviam não só para o protótipo de “panela”, mas convocam também um conjunto de saberes simultaneamente genérico e contingente ou factual do referente, o que permite especificá-lo relativamente a outras ocorrências possíveis.

Este facto permite simultaneamente atestar a importância do léxico no texto e justifica a necessidade de se atender também ao texto na sua globalidade.

2.3. Contributo de uma abordagem discursivo-cognitiva

Por conseguinte, embora não concordando totalmente com Michel Charolles na sua afirmação de que a anáfora associativa é essencialmente um fenómeno de discurso, não se fundando necessária ou essencialmente numa relação criada no próprio discurso pelo cálculo inferencial do locutor, considera-se que uma abordagem do texto é importante, na medida em que o discurso pode validar e até construir relações associativas diferentes das que espontaneamente se utilizam em geral¹³.

13 Michel Charolles (1994:82) refere que «Les principes du sens commun sont évidemment très souvent sollicités à cette fin, mais le discours est à même de construire et valider d’autres principes associatifs que ceux que nous sommes spontanément enclins à mettre en oeuvre dans les cas ordinaires».

Neste contexto, os mecanismos de natureza inferencial caracterizam-se por um processo de inferenciação no sentido do anafórico para o antecedente, baseado numa leitura do texto, que permite ultrapassar as situações de pré-selecção da representação do lexema efectivamente percebido, em que as associações emergem “a posteriori” entre as representações dos lexemas. Neste âmbito, estabelece-se uma dependência relativamente à linearização textual, que resulta do facto de a representação do lexema ser feita na leitura.

A produtividade desta abordagem pode ser atestada tomando como ponto de referência o exemplo (3), no que se refere a uma relação anafórica possível entre “a tampa” e “o travessão de aço inoxidável”, “válvula de segurança e de funcionamento”, tornada mais evidente na leitura global do texto e, por conseguinte, a um nível mais amplo. Essa percepção relaciona-se directamente com a reposição textual de todo o enunciado, visto que, em função dela, o antecedente que funciona como tópico instaurador das relações anafóricas de forma mais ou menos explícita, como introdutor de um conjunto de instruções, inscreve-se num conjunto textual global, cujo tema é “A panela de pressão Silampos”. Relativamente a este tema, o SN analisado, “a panela”, constitui uma redução por elipse do determinativo, o que implica, por um lado, a sua funcionalidade de retoma e, por outro, a sua introdução mediante o determinante definido, sob a forma de sintagma conhecido (no que se distingue de outras ocorrências em que a definitivização do nome se baseia num saber enciclopédico do falante)¹⁴. Justifica-se, deste modo, a sua realização “comme un référent connu autrement que par sa seule appartenance à une classe de N, de telle sorte que l’information - nouvelle ou non pour l’interlocuteur - peut être acceptée comme étant en somme une information disponible ou inférable à partir de la présentation définie - faite du référent» (Kleiber et al., 1994:135).

Deste modo, a consideração de um texto na sua globalidade remete para o postulado inicial de que a anáfora em geral e a anáfora associativa

14 A sua inserção na globalidade do texto permite comprovar inferências realizadas no âmbito da representação “panela” – objecto –, que activam não só um saber genérico da classe “panela”, mas também um saber armazenado na memória acerca de uma subclasse de “panela” – “a panela de pressão”.

em particular contribuem para a dinâmica textual, dado que são elementos coesivos responsáveis pela progressão textual. Os exemplos escolhidos para o presente trabalho foram retirados de uma notícia, um guia sobre plantas medicinais e um folheto de instruções sobre o funcionamento de uma panela de pressão, respectivamente. Embora seja impossível estabelecer com base numa amostra tão reduzida conclusões válidas e fiáveis para a correlação entre o uso da anáfora associativa e um determinado tipo de texto, uma primeira análise, empírica, parece confirmar a produtividade deste tipo de anáfora no âmbito dos textos referidos, que poderiam ser agrupados, de acordo com a tipologia estabelecida por Jean-Michel Adam (1992), no grupo dos textos explicativos. Este tipo de texto caracteriza-se, genericamente, por ser um texto de base informativa que apresenta ainda, da parte do locutor uma vontade de fazer compreender os fenómenos, existindo, dessa forma, explícita ou implicitamente um ponto de partida que é uma interrogação ou problema que o texto se esforçará por resolver (1992:128). Esse carácter explicativo é linguisticamente manifestado através de mecanismos que traduzem um pressuposto de saberes partilhados, materializado através de elementos como a anáfora e especificamente a anáfora associativa, bastante produtiva na explicitação de um todo pelas suas partes ou mesmo da explicação de ideias mediante uma associação metalinguística. A sua relevância na progressão textual adviria do seu carácter de processo discursivo que simultaneamente introduz um referente novo e predica algo relativamente a essa entidade (Kleiber et al., 1994:55).

Conclusão

O estudo realizado centrou-se essencialmente na vertente linguística, procurando comprovar a produtividade de uma abordagem léxico-estereotípica no tratamento da anáfora associativa. Da análise efectuada resultou a confirmação dos pressupostos enunciados para uma definição/caracterização geral da anáfora associativa, bem como de uma relação de complementaridade passível de ser estabelecida entre uma tese de natureza léxico-semântica e uma proposta de incidência discursiva. Essa potencialidade manifesta-se na importância que pode conceder-se ao léxico na “instauração/instituição da língua”. A este nível, Mário Vilela considera que “a existência no léxico de associações estereotípicas é um

reflexo das nossas próprias representações. E as associações criadas pelo discurso são ainda derivações de relações preexistentes também no léxico” (1997: 881).

Neste sentido, o estudo do léxico no âmbito do discurso é importante, nomeadamente para o estudo da sua organização e construção, não impedindo, no entanto, uma abordagem específica do discurso que ultrapasse o domínio das pré-determinações léxico-semânticas.

Esta pesquisa representa o ponto de partida para outros estudos, tendo-se salientado no seu decurso a importância de um tratamento da anáfora associativa no domínio discursivo, nomeadamente para a análise de uma correlação possível entre a frequente ocorrência deste fenómeno linguístico e determinados tipos de texto, e de um estudo aprofundado dos mecanismos cognitivos activados pela anáfora associativa a nível da compreensão e da produção textuais. Um e outro constituem-se, por conseguinte, como objectos possíveis e pertinentes de uma abordagem da anáfora associativa no sentido da sua compreensão global.

Referências Bibliográficas

- ADAM, Jean-Michel (1992) – *Les textes: types et prototypes*, Paris, Nathan
- APOTHELOZ, Denis (1995) – *Rôle et fonctionnement de l'anaphore associative dans la dynamique textuelle*, Genève, Librairie Doz
- CHAROLLES, Michel (1990) - «L'anaphore associative. Problèmes de délimitation.», in: *Verbum*, XIII, 119-148
- CHAROLLES, Michel (1994) - «Anaphore associative, stéréotype et discours», in: SCHNEDECKER, Catherine et al. (publ)– *L'anaphore associative (aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques)*, Paris, Klincksieck, 67-92
- DUBOIS, Danièle, LAVIGNE-TOMPS, Frédéric (1994) - «Anaphore associative et traitements cognitifs», in: SCHNEDECKER, Catherine et al. (publ) – *L'anaphore associative (aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques)*, Paris, Klincksieck, 273-296
- FRADIN, Bernard (1984) - «Anaphorisation et stéréotypes nominaux», in: *Lingua*, 64, 325-369
- GROSS; Gaston (1994) - «Classes d'objets et description des verbes», in: *Langages*, 115, Paris, Larousse, 15-30
- KLEIBER, Georges (1994) - «Anaphore associative, antécédent et définitude», in: SCHNEDECKER, Catherine et al. (publ)– *L'anaphore associative (aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques)*, Paris, Klincksieck, 153-173
- KLEIBER, Georges et al. (1994) - «Anaphore associative: dans quel sens roule-t-elle?», in: SCHNEDECKER, Catherine et al. (publ)– *L'anaphore associative (aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques)*, Paris, Klincksieck, 129-150
- KLEIBER, Georges et al. (1994) - «L'anaphore associative: d'une conception l'autre», in: SCHNEDECKER, Catherine et al. (publ)– *L'anaphore associative (aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques)*, Paris, Klincksieck, 5-64
- KLEIBER; Georges (1990) - «Sur l'anaphore associative: article défini et adjectif démonstratif», in: *Rivista di Linguistica*, 2, 1, 155-174
- LAKOFF, George (1987) – *Women, fire and dangerous things*, Chicago, University of Chicago Press
- LANGACKER, Ronald (1987) – *Foundations of cognitive grammar*, Chicago, Stanford
- LANGACKER, Ronald (1997) - «The contextual basis of cognitive semantics», in: NUYTS, Jan, PEDERSON, Eric (ed) – *Language and conceptualization*, Cambridge, Cambridge University Press, 229-271
- LE PESANT, Denis (1996) - «Anaphores associatives et classes d'objets», in: *Linguisticae Investigationes*, XXI, 1, 87-116

SCHNEDECKER, Catherine et al. (publ) (1994) – *L'anaphore associative (aspects linguistiques, psycholinguistiques et automatiques)*, Paris, Klincksieck

VILELA, Mário (1997) - «Semântica do 'lugar comum'», in: BRITO, Ana Maria et al. (org) – *Sentido que a vida faz: estudos para Óscar Lopes*, Porto, Campo das Letras, 869-883

WIERZBICKA, A . (1985) – *Lexicography and conceptual analysis*, Ann Arbor, Karoma